

DESCASO

Milhares de prontuários de pacientes do Huse foram mandados a AL e não voltaram

Eles deveriam ser digitalizados no Estado vizinho - devem chegar a 15 mil. MPE e OAB cobram solução da Secretaria de Saúde

■ Um problema gravíssimo e que permanece sem solução. Milhares de prontuários médicos de pacientes do Hospital de Urgência de Sergipe - Huse - estão, há mais de um ano, fora do Estado. Mandados pela Secretaria do Estado da Saúde - SES - para serem digitalizados por uma empresa em Alagoas, os documentos ainda não retornaram, e, ao que parece, não há previsão para que isso aconteça.

Para tentar solucionar o problema, a seccional Sergipe da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - junto ao Ministério Público Estadual - MPE - decidiram cobrar uma posição da SES. O problema foi verificado no início deste ano, através de uma visita ao Huse feita pela Comissão de Direitos Humanos - CDH - da OAB. Na ocasião, foram detectadas várias irregularidades - entre elas o problema no armazenamento dos prontuários.

Segundo apurou a CDH, uma parte dos prontuários arquivados do Huse entre 2000 a 2008 foi perdida durante uma inundação no prédio do Instituto Parreiras Horta, onde os documentos estavam armazenados. O que restou, cerca

de 15.000 prontuários, foi mandado para Alagoas, para que uma empresa realizasse a digitalização dos documentos. O problema é que o contrato com a SES foi cancelado e a empresa não digitalizou os prontuários. Porém, até hoje, os documentos não foram trazidos de volta a Sergipe.

Segundo Maria Angélica Rezende, coordenadora da Saúde Pública da CDH, manter os prontuários fora do Estado é um desrespeito com a população. "É um absurdo que tenham mandado esses papéis para fora do Estado. Prontuário é uma coisa íntima do paciente. Se ele mudar de médico, tem o direito de solicitar uma cópia. Como ele vai fazer isso se esses documentos estão em Alagoas?", critica a coordenadora.

Logo após verificar a irregularidade, a OAB acionou o Ministério Público Estadual para que a entidade buscasse uma solução para o problema. Através da Promotoria dos Direitos à Saúde, de responsabilidade da promotora **Euza Missano**, o MPE ajuizou uma Ação Civil Pública - ACP - para obrigar a Secretaria de Saúde, através da Fundação Hospitalar de Saúde - FHS -, a trazer os documentos de volta a Aracaju.

Na Ação Civil Pública, a instituição deixa claro a importância da acessibilidade desses documentos. "O não cumprimento das normas específicas para confecção e guarda dos prontuários médicos no maior hospital

público especializado em pacientes críticos, com demanda significativa, representa considerável risco à sanidade da prestação do serviço público essencial, nos registros documentais necessários", informa o documento.

Euza, promotora dos Direitos à Saúde, afirma que a manutenção dos prontuários fora de Sergipe desrespeita a legislação do Conselho Federal de Medicina - CFM. Segundo a promotora, o órgão determina que esses documentos fiquem armazenados na unidade hospitalar. Agora, o MPE aguarda uma liminar que obrigue a SES a trazer os prontuários de volta. "Solicitamos que, no prazo de até quinze dias, esse material esteja de volta e armazenado em um local seguro. Estamos esperando apenas a decisão da Justiça", diz Euza.

DEFESA

Carlos Diego de Freitas, procurador jurídico da Fundação Hospitalar de Saúde, diz que a transferência para outra unidade fora do Estado se deveu à necessidade de não comprometer a integridade do material que não se perdeu durante a inundação do Parreiras Horta. Sem se comprometer com um prazo, o procurador informa que a instituição deverá atender às exigências da ação movida pelo MPE. "A FHS está buscando uma empresa nova e local para dar continuidade ao procedimento", informou Carlos. ■